

Juventudes, participação, voz e ação: reflexões sobre um curso de extensão

Wagner Lins Lira¹, Hugo Monteiro Ferreira²

Resumo

Neste relato apresentamos as experiências de um curso de extensão universitária realizado em Recife, Pernambuco, no ano de 2018, comprometido com o empoderamento juvenil. O curso foi conduzido por dinâmicas de formação, inspiradas nos preceitos da educação popular e pautadas no incentivo à participação social dos jovens instigados pelo autorreconhecimento enquanto atores relevantes para a cidadania, e em afirmações identitárias, quando as lideranças foram subsidiadas por práticas e saberes políticos, científicos e culturais através de novas tecnologias pedagógicas hábeis à continuidade destas e de outras ações. Além das considerações descritivas do curso, trazemos as narrativas dos educandos treinados a desenvolverem pesquisas de campo, quando elaboraram diários, cuja análise interpretativa dos relatos ali contidos favorece-nos à aproximação qualitativa de suas realidades e visões de mundo.

Palavras-chave

Extensão Universitária. Educação Popular. Juventudes. Lideranças.

¹ Pós-doutor em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, Brasil; professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil; membro do Grupo de Estudos sobre Álcool e Outras Drogas (GEAD/UFPE), do Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, da Infância e da Juventude (GETIJ/UFRPE/FUNDAJ) e do Grupo de Estudos Transculturalismo Crítico, Diversidade Cultural e Educação (GTRANSCRI/UFRPE). E-mail: wagneip79@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; professor titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil; coordenador do Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, da Infância e da Juventude (GETIJ/UFRPE/FUNDAJ) e do Núcleo de Estudos da Formação Docente e da Prática Pedagógica (NEFOPP/UFRPE). E-mail: hmonteiroferreira@yahoo.com.

Youths, participation, voice and action: reflections on an extension course

Wagner Lins Lira³, Hugo Monteiro Ferreira⁴

Abstract

In this experience report we present the experiences of a University Extension Course held in Recife, State of Pernambuco, Brazil, in the year 2018, which aimed the youth empowerment. Being conducted by instruction dynamics inspired by popular education inspired on the incentive to social participation of youth instigated by self-recognition as actors relevant to citizenship and identity affirmations, when the leaderships were subsidized by political, scientific and cultural practices and knowledge through new pedagogical technologies able to continue these and others actions. In addition to the descriptive considerations about the course, we bring the narratives of the trained students to develop field surveys, when they elaborated Diaries, whose interpretive analysis of the stories allows us the qualitative approximation of their realities and worldviews.

Keywords

University Extension. Popular Education. Youth. Leadership.

³ Post-doctorate in Education, Cultures and Identities, Federal Rural University of Pernambuco and Joaquim Nabuco Foundation, State of Pernambuco, Brazil; assistant professor at the Rural Federal University of Pernambuco, Brazil; member of the Study Group on Alcohol and Other Drugs (GEAD/UFPE), the Study Group on Transdisciplinarity, Childhood and Youth (GETIJ/UFRPE/FUNDAJ) and the Study Group on Critical Transculturalism, Cultural Diversity and Education (GTRANSCRI/UFRPE). E-mail: wagneip79@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Federal University of Rio Grande do Norte, State of Rio Grande do Norte, Brazil; full professor at the Federal Rural University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; coordinator of the Transdisciplinarity, Childhood and Youth Study Group (GETIJ/UFRPE/FUNDAJ) and the Center for Studies on Teacher Training and Pedagogical Practice (NEFOPP/UFRPE). E-mail: hmonteiroferreira@yahoo.com.

Introdução

O curso de extensão “Juventudes e Participação: Voz & Ação” ocorreu em Recife, Pernambuco, durante os meses de maio a agosto de 2018, cumprindo carga horária de 60 horas. As temáticas, dinâmicas e formas de avaliação foram planejadas por 10 meses – de agosto de 2017 a abril de 2018 – por uma equipe interdisciplinar composta por pedagogos, educadores populares e cientistas sociais em parceria com os técnicos da Secretaria Executiva de Juventude do Recife e dos pesquisadores do Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade da Infância e da Juventude (GETIJ/UFRPE). A equipe trabalhou intersetorialmente, desde o delineamento até a consecução e o término da Formação, cujo objetivo pautou-se no incentivo à participação social das juventudes locais instigadas pelo reconhecimento enquanto atores relevantes para a cidadania e a reafirmação identitária (SOUZA, 2004; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; FREZZA *et al.*, 2009).

Os conteúdos elucidados, respaldados no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e no Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), buscaram fortalecer as militâncias juvenis no diálogo entre os pares, mas também com as comunidades, tendo como pano de fundo as Políticas Públicas e os Direitos das Juventudes. O propósito maior foi o de incentivar as juventudes locais, subsidiadas por práticas e saberes científicos e culturais, por meio do uso de novas tecnologias pedagógicas inspiradas na educação popular, incluindo o princípio da metodologia participativa hábil à continuidade dessas e de outras ações (FREIRE, 1968; OLIVEIRA; MARQUES, 2016; PEREGRINO *et al.*, 2018).

O curso foi delineado visando capacitar 36 jovens provindos das seis Regiões Político-Administrativas de Recife (RPA)⁵ e selecionados via Edital Público⁶. No que concerne aos conteúdos abordados, o curso contou com quatro Módulos e quatro Inter-Módulos, estando cada Módulo reservado aos momentos presenciais, enquanto os Inter-Módulos destinaram-se às pesquisas desenvolvidas nos territórios pelos cursistas em busca de informações para complemento empírico do que foi trabalhado teoricamente em cada Módulo.

As atividades iniciaram no dia 05/05/2018 com o 1º Módulo, intitulado “Viver e conviver: conhecendo as experiências dos jovens do Curso”, no qual abrimos espaço para falas e

⁵ Sobre as RPA da cidade, consultar: <https://bit.ly/2yTyPhY>.

⁶ O Edital para inscrição no curso pode ser conferido em: <https://bit.ly/2NWjuTa>.

escutas, a partir de dinâmicas inspiradas em danças circulares, jogos, produções artísticas e apresentação dos assuntos da formação. Durante esse módulo – com carga horária de 8 horas – os jovens foram treinados a desenvolverem pesquisas de campo nas comunidades por meio de um Roteiro de Observação animado com imagens, vídeos e áudio-descrição⁷ a fim de efetivarem o 1º Inter-Módulo – somando carga horária de 4 horas – intitulado: “Pesquisando os conceitos de juventude”.

O 2º Módulo “Juventudes, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, ocorreu nos dias 11 e 12/05/2018 e contou com carga horária de 16 horas, seguindo os mesmos parâmetros do anterior, tendo em vista nossa preocupação de transmitir conteúdos de modo lúdico e transdisciplinar a partir da interação dialógica entre formadores e cursistas. Nesse momento, discorremos acerca dos primeiros dados elencados nas pesquisas de campo, cujas experiências foram socializadas. Durante esse módulo, os educandos foram direcionados ao âmbito das lutas populares por moradia, saúde, educação, direitos, vigilância e seguridade social, sendo estimulados por reflexões sobre o protagonismo da juventude no histórico dos movimentos sociais brasileiros desde 1960 (GOHN, 1992; 2001) na contenda por inclusão e transformação dos agrupamentos mantidos em condições de subalternidade e subcidadania (SOUZA, 2003; 2009). Ao término do módulo, a dinâmica do 2º Inter-Módulo “Conhecendo o território da cidade do Recife”, cumprindo carga horária de 4 horas, se repetiu conforme outro Roteiro de Observação⁸.

O 3º Módulo: “Dando voz ao território e organizando as ações” também contou com carga horária de 16 horas efetivadas nos dias 8 e 9/06/2018 e visou transmitir noções acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL 1990) e do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) como bases legais de proteção e reivindicação por direitos. Nesse módulo, os cursistas puderam refletir e discutir, apropriando-se de outros documentos importantes como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (DUDH, 1948) e a Constituição Federal (BRASIL, 1992). Ao longo da atividade, os cursistas foram estimulados a planejar e desenvolver intervenções em cada RPA, na forma de rodas de diálogo, palestras e oficinas artísticas e culturais, conduzidas por eles mesmos, conforme demandas identificadas nos

⁷ O material dos Inter-Módulos foi produzido na plataforma *Prezi*®, disponível em: <https://prezi.com/>, um software de apresentação capaz de inserir nos *slides* mídias de áudio e vídeo. A opção pela áudio-descrição condiz com o princípio da acessibilidade, pois uma de nossas cursistas era deficiente visual. O Roteiro de Observação do 1º Inter-Módulo está disponível em: <https://bit.ly/2jFGvgs>.

⁸ Sobre este Roteiro consultar: <https://bit.ly/2FUp98o>.

territórios durante as vivências em campo. Também foram capacitados para o exercício do 3º Inter-Módulo “Ação na sua Região Político Administrativa”, efetivado com carga horária de 4 horas, e que buscou integrar as intervenções às pesquisas de campo, seguindo outro Roteiro de Observação⁹.

No 4º e último Módulo, destinamos 8 horas do dia 13/07/2018 para a socialização das experiências das intervenções, além de debates sobre os dados das pesquisas de campo. Aqui, abrimos espaço para avaliações coletivas no tocante à desenvoltura do curso, ressaltando-se pontos positivos e negativos a serem repensados, tal qual a urgência na continuidade dessas e de outras ações frente ao fomento de “lideranças jovens”¹⁰.

Os dados de campo

As estratégias de levantamento de dados comum às análises qualitativas foram readaptadas às realidades, contextos e linguagens das juventudes do Curso. Para tanto, os Roteiros de Observação de cada Inter-Módulo apresentaram-se na forma de narrativas ficcionais, nas quais os educandos embarcaram numa hipotética “Nave do Conhecimento”, que os “abduziu” durante os encontros presenciais, ao passo em que os preparou para a sondagem de dados nos territórios. Por seu turno, cada educando foi instigado a produzir um Diário de Bordo, que deveria ser entregue durante os módulos presenciais. Assim, as informações foram encaradas como componentes do “Banco de Dados” da referida “Nave” repleta de “Extraterrestres Desinformados” representados pelos formadores do curso.

Durante todo o processo, não privilegiamos apenas as produções escritas, pois, em se tratando das juventudes, sabemos dos interesses e das habilidades desse público no tocante às mídias digitais, especialmente, fotografias, vídeos e redes sociais (FISCHER, 2005; ANDRADE FILHO, 2018). A todo o momento incentivamos produções artísticas e culturais, que foram realizadas pelos cursistas de modo lúdico e criativo para levantamento de dados nos

⁹ Material disponível em: <https://bit.ly/2O1Y2fr>.

¹⁰ O conceito de liderança sobre o qual trabalhamos, tanto no decorrer do curso, quanto no vigente manuscrito, coaduna-se à perspectiva popular da educação “contra-hegemônica” e “anti-elitista”, uma vez respaldada na necessidade contínua da “formação integral das bases”, dialogando com os símbolos, com os códigos e com as visões de mundo locais atribuidores de valor, sentido e significado, quando somados aos saberes e fazeres pedagógicos. Outros detalhes constam nos trabalhos de Freire (1968), Oliveira e Marques (2016), Peregrino *et al.* (2018), dentre muitos outros.

territórios, inclusive, um de nossos formadores compôs o “*Rap da Ação*”¹¹ para aguçar a criatividade dos educandos.

Não nos debruçaremos, agora, sobre tais “produções alternativas”, contudo, adaptando o método de Zabalza (2004), que consistiu na análise de Diários de Aula produzidos por alunos em ambiências escolares, selecionamos aleatoriamente onze – elaborados por cursistas cuja faixa etária variou entre 17 e 23 anos (Quadro 1) – que foram qualificados em cinco eixos principais decorrentes da conteudística do próprio material produzido pelos discentes, buscando chegar a uma breve análise interpretativa dos relatos.

Convém ressaltar que todos os nomes foram inventados, a favor da preservação de suas reais identidades. Ainda, na amostra em questão, o quantitativo superior de meninos (09), quando comparado ao das meninas (02) justifica-se, primeiramente, na prevalência dos meninos matriculados no curso; 28 meninos, enquanto apenas oito meninas participaram da Formação. Fora isso, aferimos que as produções das meninas, quase sempre, giravam em torno de vídeos, fotos, músicas e outras linguagens além da escrita, cujo material ainda encontra-se em processo de tratamento e qualificação.

Quadro 1 – Informações dos autores dos Diários de Bordo selecionados para a composição do manuscrito

Autor/a do Diário	Idade	RPA de Origem
Adalberto	23 Anos	05
Augusto	20 Anos	03
Bruno	17 Anos	01
Eduardo	21 Anos	06
Fábio	17 Anos	01
João	19 Anos	02
Lívia	20 Anos	04
Lúcia	22 Anos	03
Marcos	22 Anos	06
Mário	21 Anos	04
Omar	20 Anos	06

Fonte: Os autores (2019).

¹¹ O *Rap da Ação* foi apresentado no *Prezi*®, embora o fundo musical – como em todos os Roteiros – tenha sido erigido a partir do *Audacity*®, outro software reservado a efeitos sonoros. O *Rap da Ação* pode ser consultado em: <https://bit.ly/2pVD46>.

Nossas perguntas e suas respostas

No 1º Inter-Módulo, seguindo as normas do Roteiro de Observação, os cursistas foram orientados a buscarem informações nas comunidades por meio da elucidação de três questões: “Como é ser jovem no Brasil?”; “Como é ser jovem na minha comunidade?”; “Como é ser jovem na luta pelos direitos dos jovens?”.

Partindo para o 2º Inter-Módulo, por meio de outro Roteiro de Observação, eles foram orientados a procurar explicações para outras quatro questões: “Como a comunidade lida com as juventudes?”; “Quais são os espaços da comunidade frequentados pelas juventudes?”; “O que fazem os jovens da comunidade no cotidiano?”; “Quais desafios e potencialidades que a comunidade oferece aos jovens?”.

Já no 3º Inter-Módulo, que procurou unir as pesquisas às intervenções nos territórios, os jovens buscaram elucidar duas questões previstas no Roteiro: “Quais as instituições e os espaços da comunidade que garantem os direitos dos jovens?”; “Como os jovens da comunidade vêm lutando por direitos?”.

Convêm salientar que, de acordo com os cursistas, o curso em si, incluindo os Módulos e os Inter-Módulos, configurou-se como espaço de interação, reciprocidade e transmissão de informações, pouco ou nada acessíveis noutras instituições de ensino como escolas e universidades (ARAÚJO, 2012; ALMEIDA, 2013; CASTRO, 2016).

Da escrita dos Diários, notamos que as temáticas recorrentes transitaram em torno de cinco eixos: 1. “Preconceitos e estigmas” (de idade, de raça/etnia, de gênero/sexualidade e de classe social); 2. “Respeito pela diversidade” (por meio do acolhimento das diferenças acima elencadas); 3. “Carência de conhecimento” (sobre políticas e direitos das juventudes); 4. “Falta de espaço para fala e para escuta” (entre si, nas famílias, nas comunidades e na sociedade) e 5. “Falta de Perspectiva para os jovens” (incluindo o medo da violência e do envolvimento em delitos).

Assim, compilamos as narrativas, qualificando-as nesses eixos, que serão percorridos com o auxílio das próprias perspectivas dos cursistas, de modo que os relatos forneçam-nos indicadores mais precisos para a interpretação de suas plurais realidades.

No 1º Eixo, que trata dos preconceitos e estigmas, todos os cursistas relataram sofrer ou ter sofrido preconceito e opressão nas famílias, escolas e comunidades (ALVES; DAYRELL, 2015). Para eles, o preconceito primordial é o da pouca idade, pois assim as comunidades lidam com os jovens autoritariamente (BIROLLI, 2016). Somada às desconfianças quanto à pouca idade, eles sinalizam para a persistência de outros estigmas morais acionados durante suas sociabilidades:

Na cabeça das pessoas somos máquinas só para estudar. Se fizer outra coisa eles criticam. Só pelo fato de eu ser percussionista me chamam de lésbica e que isso é coisa de homem! E a comunidade lida com muito preconceito, porque na minha comunidade tem muitos “marginais” e por isso eles nos julgam. Só de você usar uma roupa eles já vêm criticando e te zoando. (Lúcia).

O povo olha pra gente com desprezo. Eles acham que somos marginais ou drogados. E se os jovens fazem algum movimento pra se encontrar e se divertir dizem que é pra usar drogas e se prostituir. (João).

Os relatos aludem para o cotidiano nos territórios, explorados em todas as potencialidades, em que nos deparamos com mundos em fluidez de crenças, costumes e visões, segundo eles, não acolhidos em sua pluralidade (VILELA, 1998; AMARAL, 2015).

No 2º Eixo, inserimos narrativas referentes à evocação do respeito pela diversidade por meio do acolhimento das diferenças; temática comum nos escritos dos jovens, que objetivam a transformação social e o empenho de se fazer ouvir e interagir politicamente (SOUZA, 2004; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; FREZZA *et al.*, 2009).

Foi importante, pois a juventude tem sede de mudança. Os jovens estão dispostos para a transformação. Eu espero que os jovens do território sejam vistos e eu pretendo dá a contribuição para que isso se realize. Pretendo fazer eventos em locais públicos e escolas com temáticas para a juventude. (Augusto).

Eles se organizam para os “rolezinhos”, encontros de fins de semana e feriados que servem para a troca de ideias, paquera e diversão, organizados via Redes Sociais (CALDEIRA, 2014; COELHO; LEMOS, 2015; BARBOSA-PEREIRA, 2016).

Nos fins de semana a gente dá um rolezinho. Vai num shopping, num cinema. Mas têm jovens que fazem capoeira, dançam “swingueira”, jogam futebol, vôlei, fazem cursos, frequentam ONG. (Bruno).

Na comunidade, as praças são muito frequentadas, mas não são tão atrativas. Então os jovens recorrem a outros lugares para se divertir. (Lívia).

A juventude ocupa as praças, que têm quadras e o campo, mas para ir pras pistas de skate os jovens têm que ir para outras comunidades. (Eduardo).

No cotidiano, indicam frequentar os espaços dos territórios, mesmo “não sendo atrativos”. Dentro das comunidades ocupam praças, campos, quadras e outros espaços de lazer do mundo da rua. Os Diários ainda aludem para a participação das juventudes em eventos culturais (Afoxés, Maracatus, Bandas Marciais e Grupos Jovens) e em espaços religiosos como Igrejas Católicas e Evangélicas, mas também Terreiros de Candomblé e de Umbanda (VILUTIS, 2009; WENDELL, 2010). Muitos são devotos dessas religiões, estando nossa equipe atenta ao diálogo intercultural, respeitando a diversidade, que a todo tempo foi acolhida e valorizada no âmbito da Formação:

Na comunidade não tem espaços para os jovens. Só espaços religiosos; Igrejas Católicas, Evangélicas e Terreiros. Aí os jovens frequentam estes espaços. E eles participam de eventos como Afoxé e Maracatu. (Lúcia).

Os jovens ficam nas Redes Sociais e outros se arriscam a fazer “loucuras” como “pegar bigu” [subir na carroceria traseira] de caminhão e ônibus. Outros andam de bicicleta e brincam de bola de gude, futebol e vôlei. De noite se reúnem na casa dos amigos ou em locais públicos. (João).

Eles estabelecem estratégias para viver e se divertir dentro e fora dos territórios. Uma delas é andar em grupo (MAFFESOLI, 1998). À noite, quando permanecem nas comunidades, afirmam não sair para a rua, preferindo reunir-se na casa de amigos. Assim, sentem-se mais seguros e à vontade longe das vistas das comunidades, que sempre estigmatizam os encontros juvenis:

E tem que tomar cuidado e lidar com a polícia que usa de sua autoridade, agredindo os jovens, oprimindo e dizendo que somos responsáveis pelo stress deles. Então pra se divertir a gente fica na casa dos amigos. (Fábio).

Durante as narrativas que compõem o 3º Eixo – “Carência de conhecimento” – nos deparamos com as vulnerabilidades locais associadas, primeiramente, ao descaso do Poder Público. Uma violência estrutural, para eles, sentida e estabelecida no cotidiano por falta de conhecimentos políticos e científicos. Carência que, aliás, justifica tais precariedades (SOUZA, 2003; 2009). A escassez de oportunidades para estudos, estágios e trabalhos, o descaso, os medos, os preconceitos, enfim, o “pouco caso” para com os jovens, conforme suas narrativas, também são decorrentes do desinteresse coletivo, quando o assunto é o direito das juventudes.

Na escrita dos Diários, eles demonstraram um desinteresse geral compactuado dentre os atores das comunidades por certas tônicas consideradas polêmicas – erroneamente propagadas pelo senso comum como se pertencessem a universos “ideológicos” e “políticos” – que são silenciadas na vida ordinária, de modo que tais processos desinformativos inviabilizam o protagonismo juvenil (MACHADO, 2017).

Eu posso dizer que no território a comunidade não acredita na juventude, como também não dá voz, mas isso porque desconhecem os direitos. (Omar).

É complicado falar nos direitos da gente porque as pessoas vêem os jovens como “geração perdida”. Uma parcela busca ajudar, mas a maioria só critica e nos julga por falta de conhecimento. (Marcos).

Reflexões que nos levam às narrativas do 4º Eixo – “Falta de espaço para fala e para escuta” – quando os jovens denunciam a ausência de ambiências perfectíveis à troca de informações entre pares, mas também dentre os membros das famílias, das escolas e das comunidades, o que finda por desestimular maiores engajamentos políticos (ARAÚJO, 2012; ALMEIDA, 2013; CASTRO, 2016).

A importância do Curso foi poder socializar com outras pessoas. Compreender que as pessoas LGBT estão nesses espaços e são jovens que precisam ser ouvidos e isso faz com que a gente continue na luta pra abrir espaço para outros jovens se afirmarem em suas identidades silenciadas, compreendendo os sujeitos políticos que são. (Adalberto).

A comunidade não lida com a diferença. A família também não e foi por isso que o curso foi importante, porque pudemos compartilhar com outros jovens as vivências e as angústias de como é ser jovem nos territórios e o respeito que deve ser mantido na diversidade. (Mário).

Por fim chegamos ao 5º Eixo – “Falta de perspectivas” – que nos conduz novamente às questões estruturais das comunidades perante a ausência de expectativas para os jovens, cuja permanência em sistemas de “educação formal” apresenta-se como única possibilidade de inclusão social (BOURDIEU; PASSERON, 1992; YOUNG, 2007). Aqueles que se mantêm em escolas, cursos técnicos e universidades demonstram constante medo da violência urbana, evitando e repudiando o envolvimento em delitos, quando culpam o ócio nos territórios como “porta de entrada para a criminalidade” (ZALUAR, 1985; MINAYO, 1990; KOURY, 2011).

A maioria para de ir pra a escola logo cedo. Alguns concluem os estudos e outros entram pro crime. Porque tem falta de estímulo para um conhecimento educativo e político. No Bairro tem grande desigualdade

social o que faz os jovens entrarem para o crime e não ter mais cabeça pra estudar. (Eduardo).

Coisa difícil foi lidar com a morte de amigos no tráfico, pois queriam vida fácil. No território tem uma grande desigualdade social. (Bruno).

E foi assim durante todo curso: os jovens e a equipe pedagógica procederam de forma equânime e criativa na condução das ações de pesquisa e intervenção nos territórios; momentos nos quais eles puderam registrar nuances sobre suas vidas e perspectivas alinhadas às dinâmicas locais; lugares de origem e convivência, que lhes propiciam sentimentos contraditórios, embora não excludentes, de pertencimento, segurança, insegurança, exclusão, oportunidades, tristezas, conquistas, preconceitos e formas de superar opressões.

Mundos desconhecidos pelos Poderes Públicos e pelo cientificismo – atrelados ao moralismo do senso comum – incitados por binarismos de vidas e pessoas silenciadas e que precisam ser lembradas, por meio da fala, da escuta e do raciocínio dialógico em prol de uma imprescindível ética da convivência no fomento de tempos e espaços de formação, sociabilidade e respeito, mormente, na sórdida conjuntura nacional, quando o país foi tomado por forças extremistas, que ameaçam lançá-lo ao acaso da exclusão justificada por uma massiva aposta na desinformação.

Considerações insurgentes: por uma “pedagogia da sedição”

Levando em conta as asserções deste relato de experiência, salientamos para a devida atenção, que precisa ser concedida a essas e outras ações extensionistas de significativa pertinência, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas, substancialmente, no tocante ao “empoderamento para libertação” – como recomendado pela perspectiva freireana –, em nosso caso das juventudes, embora saibamos que as orientações por uma educação emancipadora abarquem a humanidade em sua multiplicidade, desarvorando-se de dicotomias em torno da idade, da classe social, do gênero, da sexualidade, da raça e da etnia dos atores em processos formativos.

A relevância de iniciativas similares no âmbito da educação popular, além disso, adéquam-se aos cenários de carência instrutiva peculiares à atual conjuntura brasileira transposta por crises políticas, morais, sociais e econômicas, que vêm afetando a nação nos últimos tempos. Empreendimentos formativos semelhantes mostram-se cruciais no estímulo de novas

tecnologias pedagógicas geradoras de perspectivas progressistas e comprometidas com verdades libertadoras, digamos de passagem, apenas auferidas no diálogo, que precisa ser mantido entre a Academia e a sociedade, englobando escolas, organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, educandos, educadores, gestores e familiares engajados no ativismo pela transformação social.

Cenário terrificante permeado por estados de incerteza, violações e outras formas de agressão e manifestações de ódio propiciadas por encadeamentos desinformativos, que suplantam o conceito de pós-verdade, adotando-se posturas antidemocráticas enquadradas naquilo que cognominamos de autoverdade, haja vista o teor autoritário e segregacionista proferido pela retórica de políticos extremistas motivados por agrupamentos partidários alienantes e alienadores hábeis à justificação e proliferação de arbítrios, pois são movidos pela simplificação de problemas e casos complexos tratados com truculência desinformativa.

Ignorância programada, até pouco tempo recôndita, embora funcional nos interstícios do poder cibernético frente à construção de falsas realidades fundantes da oposição e defrontação de uns contra os outros em âmbitos públicos e privados. Aptas, inclusive, ao questionamento apalermado das bases estruturais de nosso Estado Democrático de Direito perenemente ameaçado conforme os interesses das elites políticas e econômicas detentoras históricas do conhecimento e, atualmente, do desconhecimento.

Uma sociedade que pouco foi incentivada à leitura e à instrução tende a desconhecer e desmerecer seu passado, assim como seu povo, suas leis e sua história, mostrando-se cada vez mais carente de afetos e confianças, pois não há projetos e ações continuadas, antes de tudo, no plano da educação política, emocional e digital. Porventura, uma sociedade com tais peculiaridades acaba exposta irrefletidamente à contudística de atores multiplicadores de pseudoverdades há tempos desmistificadas por todas as ciências e consciências.

Governados pela dialética da estupidez, tais sujeitos deturpam tônicas essenciais à sociedade que são relegadas ao descaso, quando não, ao absoluto desrespeito. E assim prosseguimos com um inovador processo de marginalização planejada, agora, readaptado ao rechaço explícito das diferenças.

Um contundente decurso da exclusão mais do que notório por seu caráter fascista, tendo como alvo os atores sempre violados por um “processo civilizador” alavancado em Modernidade

tardia, cuja essência colonial e escravista tende à negação da vida e dos direitos das maiorias e das minorias historicamente marginalizadas, especialmente, as juventudes periféricas, como descreveram os interlocutores em seus Diários.

Preconceitos antes velados, mas que tomaram corporeidades no ensejo brasileiro, rutilados por discursos populistas a favor da redução da Maioridade Penal, do Projeto Escola Sem Partido, ao passo em que se mostram antagônicos ao Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2003), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e ao Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), quando não atentam contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Tristes momentos de “democracia *hackeada*”, dos quais acompanhamos sucessivos recuos democráticos.

Tempos difíceis, dos quais não pode a Educação se imiscuir das funções instrutivas, políticas e transformadoras. Nosso manuscrito surge como fruto de resistências e insurgências concatenadas às micros e às macros políticas populares ancoradas nas vozes que se quer silenciar, mas que encontram asilo nos fazeres e saberes científicos fiéis às perspectivas inclusivas, não apenas das ideias, mas das temáticas e dos sujeitos violentados a despeito da condição social, das raças/etnias, dos gêneros/sexualidades e da pouca idade.

Igualmente, aludimos para uma notória ausência de espaços para fala, escuta e transmissão de informação no cotidiano dos jovens, estando nossos esforços voltados ao fortalecimento das juventudes, subsidiando-as com esclarecimentos de qualidade como forma de emancipação de opressões, preconceitos e outras negações de direito em tempos de ameaças democráticas ordenados pelo desmerecimento da condição humana em sua totalidade. Sendo assim, nada mais nos resta do que seguirmos relutantes na objeção acadêmica, efetivando uma educação que nos liberte, mas ao mesmo tempo nos indigna, pois mesmo feridos persistimos nas trincheiras da ciência, elucidando e militando a favor da razão, das vozes silenciadas e das ações afirmativas, enquanto nos restam sobejos de liberdade, esperança e sedição.

Referências

ALMEIDA, C. M. C. **Racismo na escola:** um estudo da linguagem racista e de suas implicações no contexto da UEB Gonçalves Dias de Açailândia-MA. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2013.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. T. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 1.455-1.471, dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2AucyJF>. Acesso em: 21 jun. 2019.

AMARAL, M. F. **Jovens de periferia e arte de construir a si mesmo**: experiências de amizade, dança e morte. 2015. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ANDRADE FILHO, J. R. **O Vlog e os Direitos Humanos**: a formação dos jovens e dos professores no ambiente escolar, 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Pernambuco – Nazaré da Mata, 2018.

ARAÚJO, V. P. S. **Educação e diversidade(s)**: qual a cor da homofobia no arco-íris da escola? 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2012.

BARBOSA-PEREIRA, A. Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**, Manizales, v. 14, n. 11, p. 545-557, jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Q1X4lv>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BIROLI, M. I. A. M. **Gerações em conflito**: a juventude contemporânea entre o passado e o presente, 2016. 144 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, set. 2009. Doi: 10.1590/S0104-12902009000300006.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**. Brasília, DF: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

CALDEIRA, T. P. R. Qual a novidade dos rolezinhos?: espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 98, p. 10-22, mar. 2014. Doi: 10.1590/S0101-33002014000100002.

CASTRO, N. N. D. **Identidades de gênero no espaço escolar**: silêncios e falas. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

COELHO, M. G. P.; LEMOS, D. D. #Rolezinhos: análise de redes sociais e construção de sentidos no discurso de tuiteiros acerca do #Protesto dos Pintas em Natal (RN). **Galáxia**, São Paulo, n. 30, p. 162-177. dez. 2015. Doi: 10.1590/1982-25542015220586.

FISCHER, R. M. B. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 65, p. 43-58. mar. 2005. Doi: 10.1590/S0101-32622005000100004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 1968.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; DOS SANTOS, N. S. Juventude como problema de Políticas Públicas. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 21, n. 3, p. 313-323, dez. 2009. Doi: 10.1590/S0102-71822009000300004.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-512. maio/ago. 2011. Doi: 10.1590/S1413-24782011000200005.

KOURY, M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Sociedade & Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-485, set./dez. 2011. Doi: 10.1590/S0102-69922011000300003.

MACHADO, L. B. **Nacionalismo, não violência e os novos atores engajados na política contenciosa brasileira**: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL). 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MINAYO, M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-292, set. 1990. Doi: 10.1590/S0102-311X1990000300005.

OLIVEIRA, M. L.; MARQUES, L. R. Políticas de juventudes: histórias de vida, educação e resistência. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1.203-1.222, dez. 2016. Doi: 10.1590/es0101-73302016166171.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris: Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 1948.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 127-150, jun. 2018. Doi: 10.26489/rvs.v30i41.6.

SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última Década**, Santiago, n. 20, p. 47-69, jun. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Q4ir9F>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

VILELA, L. F. **O corpo que dança**: os jovens e suas tribos urbanas. 1998. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

VILUTIS, L. **Cultura e juventude**: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WENDELL, N. Cultura juvenil em cena: violência e diversidade. **CENA**, Porto Alegre, n. 8, p. 67-85, 2010. Doi: 10.22456/2236-3254.16384

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1.287-1.302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/113sXd2>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ZABALZA, M. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Submetido em 18 de março de 2019.

Aprovado em 14 de junho de 2019.